



FUNDADA EM 1882

Programa de Acção Orçamento 2017

Índice

PROGRAMA DE ACÇÃO.....	2
ORÇAMENTO	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAIS.....	4
INVESTIMENTO.....	5
MEMÓRIA	
DESCRITIVA.....	
...6	
PARECER DO	
DEFINITÓRIO.....	
...7	

A apresentação do Programa de Acção e Orçamento para o ano 2017 à Assembleia-Geral da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia é um preceito legal que os Estatutos impõem.

Esse Programa corresponderá ao terceiro ano do ciclo para o agora quadriénio eleitoral, de acordo com as imposições das novas observações estatutárias aprovadas em Assembleia-Geral e que continuarão a ser integradas no guião delineado para os próximos Programas consubstanciando, fundamentalmente, a rendibilidade do nosso património imobiliário que assegurará a actividade primária da Associação para além de ser elemento primordial da requalificação e valorização patrimonial.

A actividade da Associação, motivo porque foi criada, depende, por ora, do retorno à actividade hospitalar.

Essa acção encontra-se prejudicada pelo contencioso que opõe a Associação ao Estado e CHP.

Manifestámos, no Programa de Acção para 2016 que mantínhamos a convicção de que o novo Governo da Nação pudesse ser sensível às questões do vilipêndio perpetrado contra o nosso Hospital.

Neste capítulo, continuaremos com o nosso dever de manter a Demanda que, no aspecto político da questão, é impróprio qualquer interesse por parte do Governo. Porém, como antes foi dito, caminharemos alicerçados na crença de que a perfeita ordem universal vencerá a desordem e que os organismos intermediários da nossa sociedade serão salvaguardados na sua dignidade e liberdade.

Esperemos que os ventos de mudança no novo mundo ajudem a esta meta.

A partir de 1 de Janeiro próximo estarão a trabalhar as residências universitárias em pleno, completada que será a alteração de funções para a Ala Nascente do Palácio de Serviços que goradas foram, sucessivamente, as tentativas de arrendamento desse espaço.

Desta forma, rumaremos, com os investimentos assentes em capitais próprios, para o equilíbrio das despesas, com rendimentos previsíveis.

O investimento no Palacete ficará, assim, para os próximos anos, devido à troca com os descritos no Palácio dos Serviços.

A Missão de perpetuar a Associação e adoptar condições económicas que a sustentabilizem continuará como tarefa primeira, que ingente.

A imprevisão das receitas estará muito mais atenuada em face dos novos investimentos.

O Orçamento proposto é muitíssimo mais contido que os dos anos anteriores, incidindo na continuação das obras de adaptação do Palacete, sua envolvente exterior e Capela que particularizará todas as formas legais de obtenção de receitas suplementares.

A Mesa Administrativa

ORÇAMENTO

Rendimentos:

O total de rendimentos previsto para o ano de 2017 é de 151.480€

Pre vemos um acréscimo das receitas das residências para estudantes, em 9.000€, comparativamente a 2016, em virtude da entrada em funcionamento em janeiro de 2017 de parte das instalações do Palácio dos Serviços, sendo que a rubrica “Outros rendimentos” decresce 36.000€ dado que se desiste da ideia de arrendamento das instalações.

Os rendimentos de capitais serão de 2.800€, 7.000€ em 2016, face à diminuição dos capitais próprios da Instituição para acomodar os investimentos realizado no património, bem como das taxas de juro praticadas pela banca.

Gastos:

A mesa administrativa pretende continuar o princípio de consolidação que tem seguido no seu mandato, logo os gastos foram previstos tendo em conta a continuidade das políticas de gestão.

O Custo das Mercadorias Vendidas é nulo dado que a Instituição não prevê realizar receitas com atividades comerciais.

Os fornecimentos e serviços externos decrescem para 57.490€, 93.540€ em 2016, sendo intenção da mesa administrativa o decréscimo das despesas de funcionamento ao indispensável para a atividade da Instituição.

O decréscimo da rubrica “Serviços especializados” justifica-se pela passagem ao quadro de pessoal do gestor de projeto das residências estudantis, contrariamente ao contrato de prestação de serviços.

A mesa administrativa encontra-se a estudar medidas para que a rubrica “Energia e fluidos” seja o mais racional possível

A rubrica «gastos com o pessoal» é aumentada para 104.790€ (56.603€ em 2016), fruto da necessidade de reforço do quadro de pessoal, com a passagem ao quadro do gestor das residências, bem como da necessidade de reforço da equipa de higiene e limpeza.

O quadro de pessoal será aumentado de acordo com a taxa de inflação esperada para 2017.

As «depreciações» previstas estão dentro dos parâmetros habituais, tendo em conta o período de vida útil esperada bem como as aquisições.

ORÇAMENTO		(euros)		
Rendimentos e Gastos	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017	
Vendas e serviços prestados	312	103.248	148.680	
Vendas				
Prestações de serviços	312	103.248	148.680	
Quotas dos associados	312	3.648	3.480	
Residência para estudantes		99.600	145.200	
Subsídios, doações e legados à exploração				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	95.812	93.540	57.490	
Serviços Especializados	31.953	33.864	20.708	
Materiais	9.242	4.800	2.400	
Energia e fluídos	18.889	20.820	15.420	
Deslocações, estadas e transportes	4.436	1.800	600	
Serviços Diversos	31.291	32.256	18.362	
Gastos com o pessoal	49.087	56.603	104.790	
Remunerações certas	41.624	35.000	75.600	
Remunerações adicionais	2.320	2.310	4.451	
Formação profissional				
Encargos sobre remunerações	4.799	12.014	16.632	
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	345	455	983	
Gastos de ação social				
Outros custos com o pessoal		6.824	7.124	
Outros rendimentos	159.241	36.000		
Outros gastos	7.184	9.120	60	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	7.471	(20.015)	(13.660)	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			66.322	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)	7.471	(20.015)	(79.981)	
Juros e rendimentos similares obtidos	18.644	7.000	2.800	
Juros e gastos similares suportados				
Resultado antes de impostos	26.115	(13.015)	(77.181)	
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	26.115	(13.015)	(77.181)	

INVESTIMENTO

INVESTIMENTO DE MEDIO E LONGO PRAZO	VALOR
Ativos Intangíveis	€ -
Bens domínio publico	
Goodwill	
Projetos de desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
Outros ativos intangíveis	
Ativos Fixos Tangíveis	€ 25.000
Bens domínio publico	
Bens do Património Histórico e Cultural	
Terrenos e Recursos naturais	
Edifícios e Outras Construções	€ 25.000
Equipamento Básico	
Equipamento de Transporte	
Equipamento Administrativo	
Equipamentos Biológicos	
Outros ativos fixos tangíveis	
Propriedades de Investimento	
Investimentos Financeiros	
Outros ativos Financeiros	
TOTAL INVESTIMENTO - MLP	€ 25.000

INVESTIMENTOS EM CURSO	VALOR
Novas aquisições	
Adiantamentos	
Trabalhos Própria Entidade	
Transferência para imobilizado pela conclusão obra (-)	
TOTAL INVESTIMENTO EM CURSO	€ -

MEMÓRIA DESCRITIVA

MEMÓRIA DESCRITIVA	
INVESTIMENTO DE MEDIO E LONGO PRAZO	VALOR
Obras de Adaptação - Palacete	25.000 €
TOTAL	€ 25.000
INVESTIMENTOS EM CURSO	VALOR
	€ -
TOTAL	€ 25.000



Parecer do Definitório

Após análise ao Programa de Acção e Orçamento de 2017 AHCMP, a nossa apreciação é que o mesmo é equilibrado e exequível.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável.

Porto, 20 de Outubro 2016

O Definitório